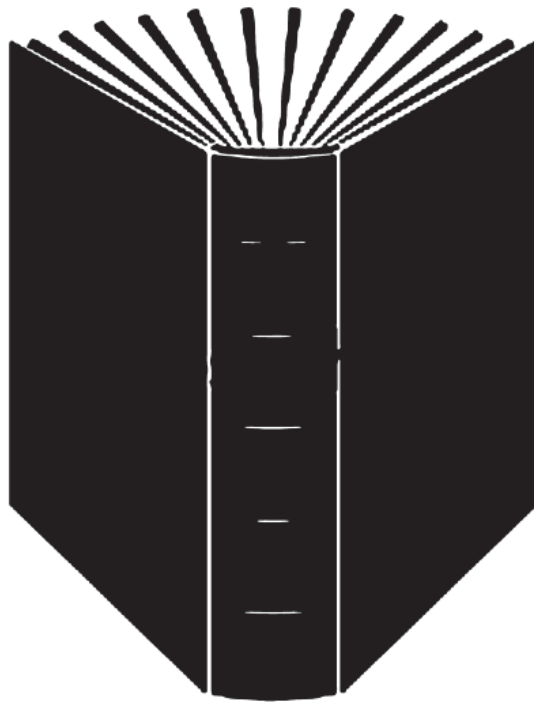


OITAVA PARTE
(CONCLUSÃO)



Considerações finais:

“MATANDO A CORRUPÇÃO e MUDANDO A HISTÓRIA”

O futuro de um país está nas mãos de seu povo e, em uma democracia representativa, quanto melhor forem as escolhas de seus legisladores e dos gestores públicos, tanto melhores serão todos os seus indicadores sociais, suas taxas de desenvolvimento e a conquista de um nível ideal da oferta de igualdade de oportunidades a todos.

Lamentavelmente, o fato é que, na Bananolândia, tudo o que já foi descoberto, até os dias atuais, envolvendo todas as formas de corrupção representa apenas uma minúscula ponta do *iceberg*.

Para a solução desse grave e vergonhoso problema nacional são necessárias mudanças radicais nas leis do país e é essa a proposta lançada pelo conjunto de ideias contidas neste livro.

A principal delas é fechar, em definitivo, a porteira das cadeiras dos parlamentos a candidatos que não detenham, verdadeiramente, reputação ilibada e idoneidade moral (e isso, só depende de você). É preciso avançar para, não só se exigir dos candidatos ficha limpa, mas ficha “superlimpa”.

Em um país tão rico de recursos naturais e de condições amplamente favoráveis ao desenvolvimento, as quatro malditas formas de corrupção condenam os cidadãos bananolezes menos favorecidos às mais diversas formas de violência e de injustiças sociais. Isso ocorre todos os santos dias e coloca a Bananolândia entre os países com os maiores índices de mortes, a maior parte delas evitáveis.

A montanha de dinheiro que é arrecadada (em impostos, taxas, contribuições, multas, recolhimentos compulsórios e outros) está muito longe de proporcionar a igualdade de oportunidades a todos, que se dá mediante a oferta de bons serviços públicos de ensino, de saúde, de segurança, de transporte e de moradia.

É preciso que todos se conscientizem de que só há uma explicação para esse descalabro: a existência e o crescimento das diversas formas de corrupção, um câncer que se espalha e mata milhares de seus cidadãos.

E tudo isso ocorre aos olhos de uma classe de privilegiados, omissos e de má índole (de políticos, de autoridades públicas, de grandes empresários e de dirigentes de grandes corporações, públicas e privadas), que a cada nova legislatura se organiza para manter um sistema injusto, que concentra a renda na mão de poucos, e impede a aprovação de várias reformas legislativas, que podem resolver grande parte dos problemas.

Há esperança de que essa triste história tenha outro rumo e ela está, exclusivamente, nas mãos dos próprios cidadãos bananolezes.

Basicamente, são apenas duas atitudes: votar o mais correto possível ou, se for um cidadão realmente incorruptível, lançar sua candidatura aos diversos cargos eletivos.

Política não é profissão. Identificar e afastar políticos profissionais dos cargos eletivos é uma excelente forma de valorizar seu voto e um primeiro passo no acerto.

Outra grande estratégia eleitoral é dar “cartão vermelho” a todos os candidatos dos maiores partidos políticos envolvidos em corrupção ou que, em determinada legislatura, foram incapazes de melhorar os índices de desenvolvimento humano e de distribuição de renda em relação aos demais países.

Vale lembrar que essa melhoria não pode ser feita de forma irresponsável, com medidas populistas e que destruam as finanças do país. O crescimento, a distribuição de renda e a melhoria dos índices de desenvolvimento humano têm que se dar de forma sustentável e sem conduzir ao retorno da famigerada inflação galopante.

Além disso, é fundamental separar definitivamente as relações entre os poderes legislativo e executivo, de forma a acabar com o presidencialismo de coalizão/corrupção. Eleger, pelo voto direto, as chapas dirigentes desses dois poderes é uma proposta que, além de inovadora no âmbito mundial, tem grandes chances de resolver o grave problema da corrupção resumida nas expressões: “toma lá, dá cá” ou “é dando que se recebe”.

Uma nação verdadeiramente democrática tem que garantir a igualdade de gêneros na representatividade parlamentar. Isso pode ser facilmente garantido pela aprovação do voto casado em um candidato do sexo masculino e uma candidata do sexo feminino.

Parlamentarismo é colocar a raposa para tomar conta do galinheiro. Ouso afirmar que, para solucionar o vergonhoso problema do presidencialismo de coalizão bananolês, a medida prática aqui proposta (eleição por meio de chapas tanto do poder executivo, como do legislativo) é um marco e, plenamente, factível e eficaz.

Noutra linha de sugestão, exigir que todos os dados e documentos governamentais sejam amplamente disponibilizados aos cidadãos e fornecer todos os instrumentos para que sejam extraídas as informações de interesse público é medida que se impõe.

A moderna computação do Século XXI permite que o grau máximo de transparência (terror dos corruptos) seja alcançado, inclusive com a obtenção dos necessários indicadores de eficiência para futuras alocações de recursos públicos em seus diversos projetos e programas governamentais.

No dia em que os cidadãos tiverem acesso aos dados financeiros referentes a todo o ciclo de arrecadação e de aplicação dos recursos públicos, a partir de computadores, *notebooks*, *tablets* e *smartphones*, um duro golpe contra todas as formas de corrupção será dado.

No futuro, a grande esperança é a de que nossos legisladores sejam escolhidos unicamente em virtude de suas qualidades morais e intelectuais.

Espera-se que cidadãos bananoleses tomem plena consciência disso, o quanto antes, e nunca vendam seus votos em razão de qualquer tipo de promessa, oferta ou de obtenção de vantagens pessoais.

São temas que devem ser amplamente discutidos na sociedade:

- reforma política radical;
- redução drástica do tamanho do Estado;
- diminuição significativa do número de municípios;
- abertura maior da economia;
- implantação da meritocracia no setor público;
- criação de mecanismos de avaliação da eficiência dos gastos governamentais;
- aperfeiçoamentos dos órgãos de Estado;
- investimentos vultosos em saneamento básico;
- garantia de acesso à internet aos menos favorecidos;
- adesão a todos os tratados internacionais de combate à corrupção;
- incentivo ao empreendedorismo;
- avanços na grade curricular de ensino;

- transparência sobre os dados da constituição e evolução da dívida pública interna e externa;
- aperfeiçoamentos nas leis sobre licitação pública;
- criação de mecanismos contra todos os tipos de fraudes e de conscientização dos cidadãos por meio da disponibilização de milhares vídeo-aulas instrutivas.

São assuntos que necessitam de reflexão e de empenho por parte de parlamentares honestos e de gestores públicos capacitados que vierem a ser eleitos pelo voto democrático.

Por tudo o que consta no livro, dá, sim, para ir “matando” a corrupção aos poucos e alterar o futuro do país para melhor, de forma a dar outro rumo à história da Bananolândia.

Há que se ter fé e esperança. Resta torcer para que assim seja.